

Problematizações em torno do Tema Memória e História da Educação

*Maria Stephanou**

Resumo

O artigo, elaborado a partir da intervenção como debatedora no painel “Memória e História: questões teóricas e metodológicas”, promovido pela ASPHE, propõe-se a mapear algumas problematizações em torno do tema, que têm merecido atenção no campo das Ciências Humanas. Destaca a pertinência e atualidade da discussão em torno da produção de subjetividades e a crise do sentimento identitário enquanto elementos centrais para a compreensão do fenômeno de atenções multiplicadas para a memória e para o passado, seja no âmbito acadêmico, seja na sociedade em geral.

Palavras chaves: Memória; História da Educação

Abstract

The body whose construction was started upon the intervention as debater on the panel “Memory and History: Theoretical and methodological questions”, promoted by ASPHE, intends to map some problematizations concerning to the theme, wich gained attention in Human Sciences field.

It problematizes the pertinence and the actuality of discussion about the production of subjectivities and about the crisis of identity sentiment whereas the central elements for comprehension the phenomenon of multiplied attentions for memory and for past, whether within academic sphere or in the general mind of community.

Keywords:Memory; History of the Education

* Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutoranda em Educação (UFRGS/UNICAMP).

Introdução

As considerações contidas no texto que se segue integraram o painel “Memória e História da Educação: Questões teóricas e metodológicas”, promovido pela ASPHE, na UFSM, em outubro de 1997.

Na condição de debatedora, ensaiei uma reflexão que, articulada ao tema, pudesse assegurar tanto uma interlocução com as exposições das demais integrantes do painel, Professoras Denice Barbara Catani (USP) e Maria Teresa Cunha (UFSC), que haviam me antecedido, quanto uma provocação aos colegas da Associação naquilo que decidimos como propósitos do evento.

O risco de ser redundante em questões abordadas pelas referidas colegas, bem como de desviar-me completamente do rumo que a reflexão pudesse vir a tomar com suas exposições, colocou-se naquela oportunidade, assim como manteve-se na transformação da intervenção oral neste artigo.

No intuito de instaurar o debate em torno de um tema de indiscutível relevância para a pesquisa em História da Educação e, marcadamente destacado no conjunto das discussões até então empreendidas no âmbito da ASPHE, dentre tantos outros direcionamentos de trabalho, optei por:

1. identificar/mapear, embora brevemente, questões em torno do tema **Memória** que têm merecido atenção no campo das Ciências Humanas, nos últimos anos, inclusive algumas que, como afirma De Decca (1995), apesar da impressão de que algo de muito novo está em vias de ser descoberto, já eram tematizadas, pelo menos desde o século XVIII, na emergência do pensamento iluminista;

2. situar aflições e inquições que presentemente nos afetam, individual e coletivamente, sejamos pesquisadores ocupados com o tema ou não, pessoas comuns, enfim, que neste “fin-de-siècle”, a exemplo de outros momentos percebidos como de “passagem”, de “transição” ou percepção de iminentes “rupturas” da continuidade histórica, se voltam para a história, a memória, o passado.

Afinal, como sugere Benjamin, “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”. Quais seriam, então, esses agoras e em que medida estão implicados nas formulações teóricas e nas experiências cotidianas associadas à Memória e à História?

Destes dois movimentos resultaram um exercício de pensamento que procuro compartilhar em dois momentos:

* a discussão em torno desta espécie de “necessidade identitária”, que visivelmente vem compondo nossa experiência humana, e a re-insistência em tomar o passado como locus de construção da identidade; e,

* o debate acerca da atenção e problematização voltada à memória.

Por vezes vou ater-me mais em um desses aspectos que em outro, embora considere que se encontram intimamente imbricados. Tais reflexões teórico-metodológicas sobre Memória devem ser histórica e culturalmente situadas: é num determinado “espaço de verdade” que elas se inscrevem e a delimitação das questões também encontra-se circunscrita a um campo de possibilidades. Assim, mais do que professar qual o posicionamento “mais acertado” creio que seja fundamental podermos nos colocar diante do leque de problematizações postas até o momento, detendo-nos na sua compreensão e implicações para nosso metiér de pesquisadores.

Atenções multiplicadas à memória e o passado

Voltemo-nos, então, para o que vêm nos sucedendo e nos constituindo como sujeitos crescentemente ocupados com o passado, a memória.

Madeleine Rébérioux (1991), ao analisar essa espécie de poderosa vontade de conservação sistemática dos vestígios do passado, chega a afirmar que *“é chegada o tempo da beleza do morto, um morto a quem desejamos devolver a vida”*.

Mas em que consiste esse dirigir-se ao passado, esse esforço que vimos assistindo de promoção de *novos modos de existência* e de visibilidade de uma parte do passado, indicado também por muitos outros autores?

Rébérioux acrescenta que *“dispomos de menos futuro diante de nós, o que reencontramos é o passado”*. Ao desmoronamento das utopias, das promessas de futuro que nos propiciavam compartilhar comunidades de sentido / identidades quanto aos projetos, assistimos a crise dos movimentos socialistas e os traumatismos das transformações ideológicas. Afinal, o que fazer de nossas vidas? Para onde vamos? Se não mais nos identificamos afetivamente com um grupo que têm em comum um projeto futuro, e mais ainda, diante de velozes transformações, não nos identificamos mais sequer com a materialidade dos espaços pela sua fragmentação e efemeridade, o que nos resta?

Pierre Nora, já em 1974, apontava essa espécie de perda de referências com relação a qualquer sentido coletivo, ou o próprio devir em suspenso, quando aumenta a sensação de que os vínculos do passado estão prestes a se desfazerem definitivamente.

De outra parte, temos acompanhado essa fúria modernizadora e a destruição sistemática dos suportes da memória coletiva, aqueles que possibilitavam, como ressalta De Decca (1991), a criação do sentimento de continuidade e de preservação das sociedades: hoje o cidadão se sente cada vez mais mutilado em seus sentimentos coletivos em relação ao passado.

Ecléa Bosi (1983) refere-se às memórias evocadas pela pedras do caminho, pelas escadarias das praças, pelos lugares carregados de simbolizações e evocações, que ao serem eliminados, produzem os sentimentos de desenraizamento e de não-pertencimento. O apego ao passado, neste caso, apresenta-se como resistência ao efeito desintegrador do presente. A luta contra a *dissipação* irá apresentar-se como preocupação fundamental da sociedade contemporânea.

Detenhamo-nos um pouco mais na problemática do sujeito contemporâneo e o tema da memória, especialmente ligado à identidade/produção de subjetividades.

Em pequeno artigo que trata da subjetividade em tempo de globalização, Suely Rolnik (1997) afirma:

“A globalização da economia e os avanços tecnológicos, especialmente a mídia eletrônica, aproximam universos de toda espécie, situados em qualquer ponto do planeta, numa variabilidade e numa densificação cada vez maiores. As subjetividades, independentemente de sua morada, tendem a ser povoadas por afetos dessa profusão cambiante de universos; uma constante mestiçagem de forças delinea cartografias mutáveis e coloca em cheque seus habituais contornos. Tudo leva a crer que a criação individual e coletiva se encontraria em alta, pois muitas são as cartografias de forças que pedem novas maneiras de viver, numerosos os recursos para criá-las e incontáveis os mundos possíveis. (...) A figura moderna da subjetividade, com sua crença na estabilidade e sua referência identitária, agonizante desde o final do século passado, estaria chegando ao fim? Não é tão simples assim: é que a mesma globalização que intensifica as misturas e pulveriza as identidades implica também a produção de *kits* de perfis-padrão de acordo com cada órbita do mercado, para serem consumidos pelas subjetividades, independentemente do contexto geográfico, nacional, cultural, etc. Identidades locais fixas desaparecem para dar lugar a identidades globalizadas flexíveis, que mudam ao sabor dos movimentos do mercado e com igual velocidade”.

Assim, podemos refletir sobre o fato de que não se encontram em suspenso ou em destruição apenas os lugares de memória, mas estão ameaçadas as próprias identidades e a produção da memória coletiva. As incessantes mudanças das identidades entram em conflito com uma certa perspectiva de linearidade e homogeneidade da memória, individual ou coletiva, que persiste em algumas abordagens.

Rolnik (idem) ressalta ainda que esse processo não tem implicado no abandono da referência identitária, uma vez que *as subjetividades tendem a*

insistir em sua figura moderna, ignorando as forças que as constituem e as desestabilizam por todos os lados, para organizar-se em torno de uma representação de si dada a priori, mesmo que, na atualidade, não seja sempre a mesma essa representação. Processo que provoca tanto a desestabilização exarcebada, quanto a persistência da referência identitária, ante o temor de “virar um nada”...

Tornam-se insuportáveis os vazios de sentido, porque são vividos como esvaziamento da própria subjetividade e não de **uma** de suas figuras. Assim, nos dizeres da autora, *para proteger-se da proliferação de forças e impedir que abalem a ilusão identitária, breca-se o processo, anestesiando a vibratibilidade do corpo ao mundo e, portanto, seus afetos.*

Instigados pelas reflexões acima, podemos identificar dois processos implicados na insistência em relação à referência identitária: de uma parte, o enrijecimento de identidades locais e , de outra, a ameaça de pulverização total de toda e qualquer identidade.

A evocação das questões apresentadas por Rolnik pareceram-me interessantes para compreendermos, também por ai e em certo sentido, o fenômeno que vimos assistindo de retorno insistente ao passado, de “recriação voluntária e deliberada de lugares apropriados para a existência de memória”, ou como insiste Nora (apud De Decca,1991), *“produzir arquivos é o imperativo de nossa época! Não mais como o relicário de uma memória vivida, mas como secreção voluntária e organizada de uma memória perdida”*(grifos meus). O registro de tudo que se passa, num processo em que o vivido se duplica em função de seu próprio registro. Trata-se de uma *memória prótese*, como a denomina De Decca (idem), que perde a dimensão da memória vivida, uma memória que nos vem do exterior e que interiorizamos como constrangimento individual, pois, nesta medida, ela não é mais uma prática social. Para o autor,

A fluidez da memória e a sua fruição estão reservadas ao âmbito privado do indivíduo contemporâneo ou então àqueles lugares designados onde a memória nacional e identitária ainda consegue preservar os últimos gestos de ritualização.

Em estudo que se ocupa das transformações da sociedade contemporânea ocidental, Richard Sennett (1988) enfatiza, igualmente, a ocorrência das crises identitárias e a fixação na recuperação dos traços do passado. Nas suas palavras,

Muítidões de pessoas estão agora preocupadas, mais do que nunca, apenas com as histórias de suas próprias vidas e com suas

emoções particulares; esta preocupação tem demonstrado ser mais uma armadilha do que uma libertação.

A percepção de esfacelamento das identidades parece agravada se nos detivermos a examinar o que vêm sucedendo com as mudanças no sentido do **tempo**. Como situam-se as memórias frente à rapidez e instantaneidade do “novo”, essa aceleração da história que passa a parecer eternamente contemporânea?

Quais as nossas disposições para conviver com o descontínuo, o “incompreensível” da simultaneidade de tempos e a experiência sem precedentes em relação à velocidade? Passamos, segundo Virillio (1993), do tempo extensivo da história ao tempo intensivo de uma instantaneidade sem história. O importante é que possamos perceber que a cultura ocidental desenvolveu até aqui uma percepção espacial aguda, associando então “memória coletiva e espaço” intensamente. Contudo, possuímos uma sensibilidade temporal muito precária, como já apontava Bastide, e isso tem implicações profundas para nossa concepção de memória.

Com o elenco destas faces do problema e das reflexões dos autores, estou querendo chamar atenção para a complexidade do processo de investigação histórica articulada ao tema da memória, bem como para que nos interroguemos constantemente:

- afinal (e estamos diante de uma ambigüidade fundamental!), em que consiste a defesa ou como defender a importância da memória coletiva sem incorrer numa valorização própria do pensamento romântico (origens, pertencimento, tradição,...) ou numa defesa dos princípios essencialistas e identitários, embora seja contundente a necessidade de denunciar a obsessão pelo moderno que destrói sistematicamente lugares e objetos, preservando apenas aquelas lembranças que residem em poucos lugares e pertencem a muito poucos, ou melhor, aqueles que se voltam à sacralização da história do Estado em detrimento das diferenças e conflitos, cultuando um passado destituído de historicidade?

- como não incorrer no equívoco de que a adoção de novos instrumentos tecnológicos venham a suportar velhas idéias de patrimônio e memória? Ou ainda, de novos objetos (ex: memória da dominação, da tortura, das minorias) a serem preservados num mesmo paradigma de sacralização e do “antigo como resíduo”? Ou, tornando-os absolutos abstratos e incorrendo em outra imagem ideológica de um passado unívoco? (Chauí, 1991)

Há, de fato, paradoxos a enfrentar, e que se apresentam de diferentes formas. A seguir, dando continuidade ao direcionamento da reflexão, proposto inicialmente, passo a examinar brevemente algumas questões

teórico-metodológicas sobre o tema que se colocam no campo das Ciências Humanas, em especial seus desdobramentos para a História da Educação.

A memória entre velhas e novas questões: implicações para a História da Educação

Vou elencar alguns dilemas e impasses, para que possamos avançar a discussão.

Início por uma questão apontada por Hugo Lovisolo (1989), que sugere pensar como nos colocamos diante de uma História da Educação que defende a importância da memória coletiva e uma pedagogia moderna que combate a memória individual enquanto obstáculo à constituição do indivíduo autônomo. Em que consistem, por sugestão do autor, os perigos de um certo liberalismo que sucede ao romantismo no que diz respeito ao indivíduo e à memória? Embora a questão, no contexto deste trabalho, não seja central, parece-me relevante anotá-la com destaque para novas discussões, pela sua pertinência no âmbito da educação.¹

Uma outra questão. Segundo Nora (apud De Decca, 1991), há um paradoxo fundamental neste “voltar-se insistente à memória” (voluntária), que torna tudo preservável, porque de certa maneira tudo pode remeter a nossa identidade. De um lado, como esta memória “*é voluntária e intencional em seu esforço de historicizar-se, ela se perde definitivamente como experiência do vivido*” (o vivido aqui é produzir registros de memória para arquivo!).

Parafraseando Sennett (1988), é possível afirmar que quando uma sociedade se dedica ao princípio de que as coisas têm significações nelas próprias (tudo é matéria da memória), faz desse modo penetrar um profundo elemento de dúvida sobre si mesma no seu aparato cognitivo, pois, como acrescenta o autor, nesse caso, qualquer exercício de discriminação poderá ser um equívoco. Dúvida que consiste em pensar que se tudo deve ser preservado, se tudo pode importar, nada pode importar, então, como poderemos saber?

De outra parte, no que diz respeito à História, como fica o caráter de crítica do passado como ato epistemológico se tudo passa a ser histórico?

¹ Segundo Lovisolo (1989, p.18-9), e num tom um tanto quanto irônico, “apesar dos dados favoráveis à memória, presentes nas representações do populares e mesmo na visão de muitos cientistas sobre seu papel na prática produtiva, a pedagogia moderna constitui-se tendencialmente sobre sua crítica, desenvolvendo-se com um discurso contra os métodos e atitudes que ajudam a memorizar, e elegendo, em oposição à memória, os processos, os métodos, as lógicas da descoberta e da crítica, a heurística do conhecimento, a dinâmica da interpretação. Saber, bom senso, capacidade de discernimento separam-se da memória. O valor concentra-se sobre as competências analíticas, a capacidade de crítica formal e empírica, além da imaginação criadora. (...) No processo de formação dos homens aparecem as atitudes que proclamam, com indisfarçável orgulho, as vantagens de sermos desmemoriados. O esquecimento tornou-se virtude.”

Afinal, à história, ao invés de preservar o passado tal qual ele foi, está reservada a tarefa de reescrevê-lo incessantemente. É preciso não descuidar de que tanto a produção histórica quanto a elaboração da memória coletiva estão implicados em estratégias que organizam questões, definem os fenômenos de estudo ou atenção, moldam e modelam a forma como os dados empíricos e/ou os vestígios da memória são ordenados e preservados (Popkewitz, 1994).

Se “tudo é história”, se todo e qualquer registro é relevante para a memória, resulta daí, nos dizeres de De Decca (1991), uma coisa híbrida, a **memória histórica** : nem memória, porque alheia à experiência do vivido, nem história, porque destituída de crítica com relação ao passado.

Podemos observar que, se em determinados momentos tal memória histórica constitui instrumento dos vencedores (identidade nacional, lembranças e recordações dos ideais de identidade, por ex.), devemos ficar apreensivos igualmente quanto a essa memória estar se tornando bandeira das minorias nessa produção incessante de memórias-próteses. Que lugar reservamos à memória produzida pela experiência do social?

Para os autores, Nora e De Decca (idem), trata-se de interpelar o passado para que manifeste seus silêncios, para que possamos proceder ao inventário das diferenças e não ao depósito das identidades, ou a reiteração de uma suposta unicidade do passado. Assim, mais do que reunir memórias, inscreve-se a necessidade de confrontá-las e mesmo afrontá-las, permitindo a evidência das diferenças.

Outras problematizações, ainda, vêm pautando a discussão sobre memória no campo das Ciências Humanas e merecem destaque nesta reflexão.

Podemos considerar que mantêm sua atualidade as críticas dirigidas àquelas perspectivas em que há uma coincidência entre memória e história. Como já apontava Halbwachs (apud Bosi, 1983), a memória social é o vivido, física e afetivamente. Neste caso, a história começa onde a memória social acaba. Cabe à história dessacralizar a memória enquanto tradição. Enquanto a memória é a vivência presente do passado, a história é a representação do passado. Ou, como define Nora (idem), “*a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que já não é mais*”. Neste sentido, o **tempo** da memória coletiva é o da permanência e da continuação, enquanto o **tempo** da história é o tempo das transformações, destruições, mudanças.

As possibilidades da memória, suas diversas formas e as múltiplas fontes para seu estudo, merecem algumas considerações. Os autores referem-se a uma ruptura entre as modalidades de registro, que estabelece o reconhecimento da tradição oral, por vezes como única capaz de trazer à

tona aspectos tão somente aí guardados. Tradição oral que evoca “a sabedoria dos silêncios”, “os silêncios produzidos ou constrangidos a calarem-se” (Pollak, 1989).

Temos nos esquecimentos e lembranças que compõem a memória elementos instigantes para estudo. Trata-se de pensarmos na produção social ativa de atos de esquecer e lembrar. Como sugere Bosi (idem), a memória deve ser concebida como construção social: quando um grupo produz seus sentidos em conjunto, não apenas são criados esquemas coerentes de narração e interpretação dos fatos, o que constitui “universos de discurso” ou de “significado” que conferem aos vestígios uma forma histórica própria, uma versão consagrada, o que implica a exclusão de outras versões e esquecimentos ativos de outros vestígios.

Por fim, retomar uma problematização apontada pelas análises sociais da memória. O tema da memória encontra-se imbricado às diferentes concepções acerca da relação indivíduo e sociedade. Há predomínio da concepção de memória como fenômeno coletivo, embora possamos identificar neste marco distintas posições (Santos, 1993). De um lado, aquelas que concebem as memórias individuais como determinadas por “construções coletivas”, independentemente das intenções dos atores sociais. De outro lado, aquelas para as quais as memórias coletivas são resultantes de ações individuais na sociedade. Encarar a discussão sobre este aspecto é fundamental para as investigações empreendidas no campo da história da educação, em especial pelo fato de que hoje, neste domínio, trabalhamos destacadamente com biografias, história oral e com sujeitos bem determinados que nos informam e oferecem suas metanarrativas.

Há, entretanto, outras perspectivas para as quais não existem memórias individuais ou coletivas, nem qualquer precedência entre elas, uma vez que trata-se de atos de lembrar e esquecer enquanto práticas humanas produzidas socialmente.

Como explicitarei inicialmente, mais do que professar a adoção de uma abordagem teórico-metodológica mais acertada, julguei que seria oportuno suscitar o debate a partir do elenco de problematizações que gravitam em torno do tema Memória. As provocações e o convite a novos exercícios de pensamento estão postos.

E, para encerrar esta tarefa, permitam-me referendar as reflexões de Hans Kellner (1985 apud Bann, 1991):

“Se alguém concorda (...) que a história é o modo pelo qual uma cultura lida com seu próprio passado, então a compreensão histórica é empreitada cultural vital e a imaginação histórica uma importante, ainda que negligenciada, faculdade humana. Porque as fontes da história incluem num sentido primordial a prática

humana fundametal da retórica, não podemos esquecer que nossos modos de entender a história devem enfatizar o fazer. Buscar a narrativa distorcida é compreender que a retidão de qualquer narrativa é uma invenção retórica e que a invenção de histórias é a parte mais importante da autocompreensão e da autocriação humana”.

Referências bibliográficas:

- BANN, Stephen. **As invenções do passado**. São Paulo, UNESP, 1991.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo, T.A. Queiroz, 1983.
- BREFE, Ana Claudia Fonseca. Pierre Nora: da história do presente aos lugares de memória. **História: Questões e Debates**. Associação Paranaense de História - APAH. Curitiba, v.13, n.24, p.105-125, jul./dez.1996.
- CHAUÍ, Marilena. Política Cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania / DPH**. São Paulo, DPH, 1992, p.37-46.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. Memória e Cidadania. In: São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania / DPH**. São Paulo, DPH, 1992, p.129-136.
- _____. As desavenças da História com a Memória. **Cultura histórica em debate**. Zélia Lopes da Silva (org.), São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p.59-69, 1995.
- LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.16-28, 1989.
- MENESES, Adelia Bezerra. Memória e Ficção. **Resgate: revista de cultura**. Campinas, Área de Publicação/ CMU - Unicamp, n.3, p.9-15, 1991.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3-15, 1989.

- POPKEWITZ, Thomas. História do currículo, regulação social e poder. In: SILVA, T.T. (org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis, Vozes, 1994. p.173-210.
- RÉBÉRIOUX, Madeleine. Os lugares da memória operária. In: São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania / DPH**. São Paulo, DPH, 1992, p.47-56.
- ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: **Cultura e subjetividade: saberes nômades**. Daniel S. Lins (org.). Campinas, Papyrus, 1997, p.9-24.
- SANTOS, Myrian. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, São Paulo, n.23, ano 8, p.70-84, 1993. São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania / DPH**. São Paulo, DPH, 1992.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.
- VIRILIO, Paul. **A inércia polar**. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1993.